

Nova Estrutura de Dados de Crédito

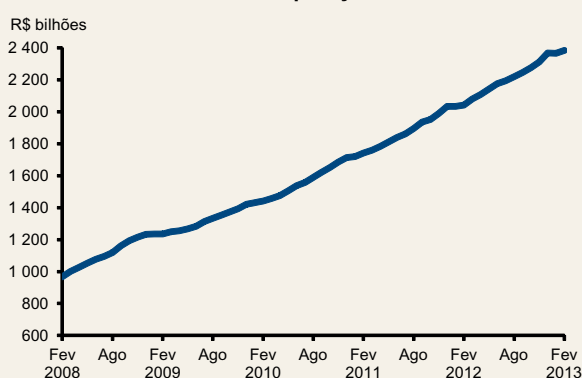
Este boxe apresenta as principais alterações introduzidas recentemente nas estatísticas de crédito publicadas pelo Banco Central¹.

A reformulação objetivou ampliar a abrangência, uniformizar informações e a especificação mais detalhada das principais modalidades de crédito. A nova estrutura amplia as estatísticas de concessões, taxas de juros, spreads, prazos e taxas de inadimplência, as quais, antes limitadas às principais modalidades de crédito com recursos livres, passaram a incorporar créditos com recursos direcionados e operações de arrendamento mercantil. As mudanças permitem o detalhamento da evolução de linhas de crédito como financiamentos imobiliários, rurais e com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de modalidades que adquiriram expressão ao longo dos últimos anos, como o crédito consignado, cartão de crédito e empréstimos de capital de giro.

Os créditos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizaram R\$2.368,3 bilhões em dezembro de 2012 (R\$2.383,7 bilhões, em fevereiro de 2013), de acordo com os dados disponíveis na nova estrutura. Esse total, na antiga estrutura, correspondeu a R\$2.359,6 bilhões². Como não houve alteração na abrangência dos saldos, a diferença de R\$8,7 bilhões resulta da maior precisão na mensuração do volume total de operações interbancárias. A relação entre o crédito total e o PIB situou-se em 53,8% em dezembro de 2012.

A segmentação dos saldos entre recursos livres e direcionados foi alterada, decorrente da reclassificação, como créditos direcionados, de financiamentos imobiliários e rurais baseados nas exigibilidades de direcionamento dos depósitos de poupança e à vista, porém, contratados com taxas de juros livres. Também

Gráfico 1 – Saldo total das operações de crédito



1/ Mais informações a respeito constam da Nota Metodológica sobre a Nova Estrutura de Dados de Crédito, disponível no endereço <http://www.bcb.gov.br/?ecoimprensa>.

2/ As séries de saldos na estrutura antiga foram interrompidas em dezembro de 2012. Os dados publicados relativos aos últimos três meses são sempre considerados preliminares, tendo em vista a possibilidade de serem revisados.

Gráfico 2 – Crédito segundo origem dos recursos

Dezembro/2012

R\$ bilhões

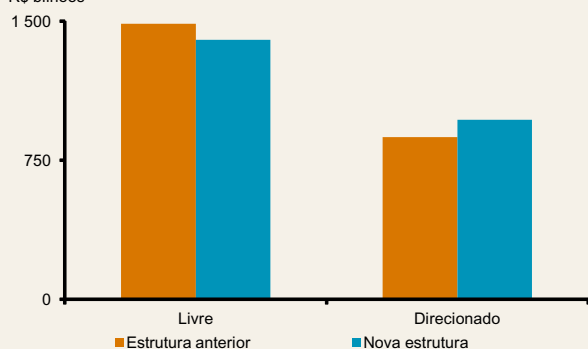


Gráfico 3 – Crédito a pessoas físicas e jurídicas

Dezembro/2012

R\$ bilhões

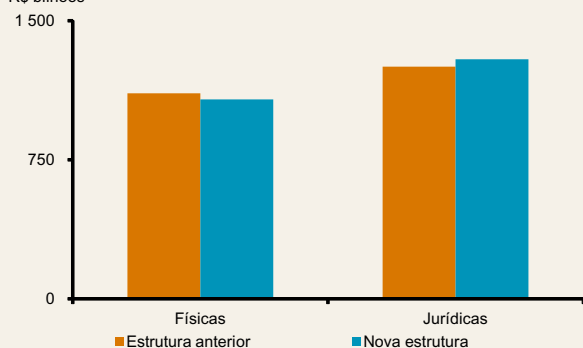
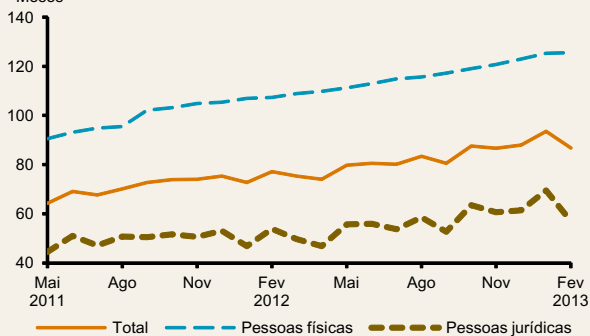


Gráfico 4 – Prazo médio das concessões das operações de crédito

Meses



foi possível aferir com mais precisão a segmentação entre pessoas físicas e a pessoas jurídicas. Conseqüentemente, a distribuição do volume total de crédito passou a ser de 59,1% com recursos livres e 40,9% com recursos direcionados, e de 54,5% para pessoas jurídicas e 45,5% para pessoas físicas, em dezembro de 2012.

Os dados sobre concessões foram ampliados e passaram a abranger quase a totalidade das operações de crédito³, permitindo assim identificar com mais precisão fluxos destinados a consumo, investimento e habitação.

A estatística de prazo das concessões é outra novidade. A estrutura anterior apresentava apenas o prazo médio das carteiras, indicador referente ao prazo remanescente de todo o saldo das operações ativas⁴. Para cada contrato, o novo indicador reflete o prazo total a decorrer entre a data de contratação e o vencimento da última prestação e se refere exclusivamente às operações contratadas no mês, possibilitando avaliações mais tempestivas acerca da evolução dos prazos de crédito.

A abrangência sobre taxas de juros e concessões foi ampliada, passando a compreender as principais modalidades de crédito direcionado e, entre as operações com recursos livres, a oferecer maior detalhamento. Nesse contexto, a taxa média de juros referente ao volume total de crédito do sistema financeiro atingiu 18% a.a. em dezembro de 2012, reflexo de taxas médias respectivas de 13,3% a.a. e 24,3% a.a. nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas. A nova estrutura permite conhecer as taxas de juros do crédito direcionado. Assim, a taxa média de juros das operações de crédito direcionado atingiu 7%, correspondendo a 7,2% nos financiamentos a pessoas jurídicas e a 6,8% nos destinados a pessoas físicas.

As estatísticas de taxas de juros referentes ao crédito livre são comparáveis às que eram produzidas na estrutura anterior, que se referiam ao subconjunto de modalidades de crédito chamado de Crédito Referencial para Taxas de Juros. A taxa média de juros do crédito livre na nova estrutura atingiu 25,3% em dezembro, ante 28,1% no crédito referencial da estrutura anterior. No âmbito das empresas, a taxa de juros situou-se em 17,9% na nova

3/ As informações relativas a concessões, taxas de juros, prazos e taxas de inadimplência não incluem dados de cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor, instituições que, em conjunto, respondem por 2,2% do saldo total de crédito do SFN.

4/ O indicador de prazo médio da carteira permanece disponível, de forma resumida, na Nota para Imprensa sobre Política Monetária e Operações de Crédito, e, com maior detalhe, no sistema de séries temporais.

Gráfico 5 – Taxas de juros de operações de crédito

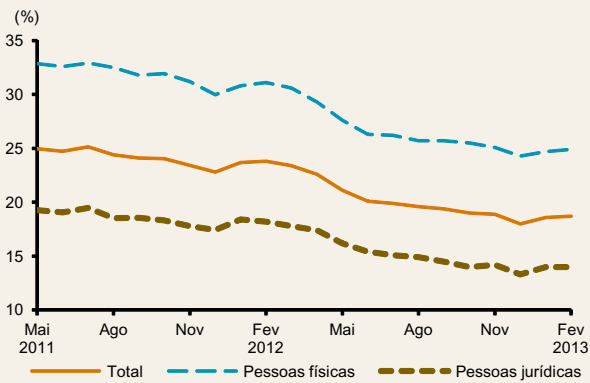
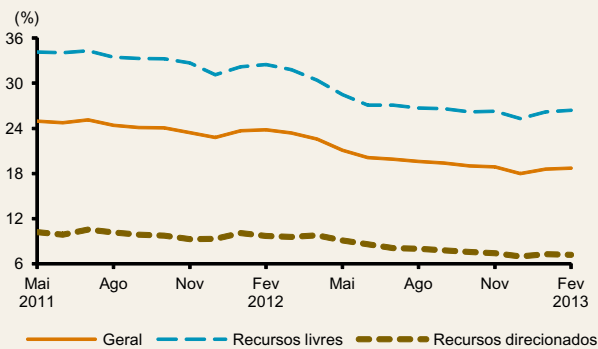


Gráfico 6 – Taxas de juros de crédito segundo a origem dos recursos



estrutura, ante 20,6% na anterior. Nos empréstimos a pessoas físicas, a taxa de juros alcançou 33,9% na nova estrutura e 34,6% na anterior.

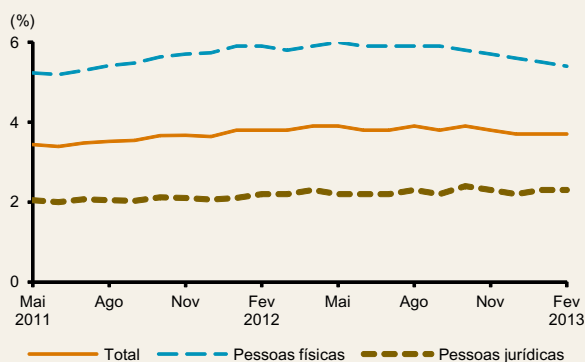
A redução do nível da taxa média de juros nos empréstimos às empresas refletiu, sobretudo, a modificação introduzida nas taxas referentes aos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), que deixaram de incorporar a expectativa de variação cambial ao longo do prazo da operação. A alteração se justifica porque, embora com valores referenciados em moeda estrangeira, as operações são contratadas e liquidadas em reais, portanto, sem a incidência de variação cambial entre a contratação e a liquidação. Nos empréstimos às famílias, a principal alteração foi a inclusão das taxas de juros referentes às operações de arrendamento mercantil, que se situam abaixo da média das demais modalidades. A despeito do deslocamento das curvas determinado pela mudança, a evolução das taxas de juros identificadas na nova estrutura manteve-se condizente com a observada anteriormente no crédito referencial, evidenciando trajetória declinante ao longo de 2012.

Em termos dos indicadores de inadimplência, a estrutura anterior contemplava dados referentes à totalidade do saldo de crédito do sistema financeiro, porém, sem aberturas pessoas físicas/jurídicas e créditos livres/direcionados para o total dos saldos. A nova estrutura permite a mediar a inadimplência para os segmentos pessoas físicas e jurídicas, bem como para operações com recursos livres e direcionados. Dessa forma, a taxa de inadimplência relativa ao volume total de crédito atingiu 3,7% em dezembro de 2012, situando-se, na ordem, em 2,2% e 5,6% nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas.

A taxa de inadimplência atingiu 1% no âmbito dos empréstimos com recursos direcionados, totalizando 0,5% nos créditos a pessoas jurídicas e 1,9% nos contratados por pessoas físicas. O segmento de crédito direcionado apresenta, portanto, menores níveis de inadimplência do que o crédito livre, o que, em grande parte, explica-se pelas garantias oferecidas em tais operações.

As taxas de inadimplência do crédito livre, assim como as taxas de juros, são comparáveis às do crédito referencial. Em dezembro de 2012, a inadimplência

Gráfico 7 – Taxa de inadimplência



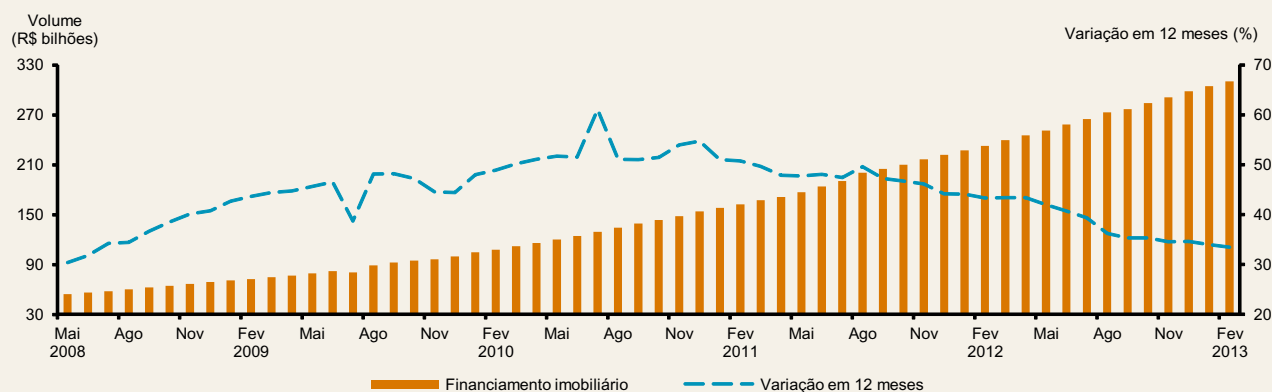
das operações com recursos livres situou-se em 5,6% (5,8% no crédito referencial), correspondendo a 3,7% (4%) nos créditos a pessoas jurídicas e a 8% (7,9%) nos relativos a pessoas físicas. Ressalte-se que a elevação de 0,1 p.p. no indicador referente a pessoas físicas deveu-se à inclusão das operações de *leasing*. A redução no indicador relacionado ao segmento de pessoas jurídicas é explicada, em especial, pela maior precisão trazida pela nova estrutura de informação.

O saldo total dos financiamentos imobiliários atingiu R\$266,5 bilhões em fevereiro de 2013, dos quais R\$239,6 bilhões em operações com taxas de juros reguladas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e R\$26,9 bilhões em financiamentos contratados a taxas livres. Cabe notar que as operações com taxas reguladas compreendem, também, financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinados a mutuários de baixa renda. A nova estrutura identifica financiamentos imobiliários destinados a pessoas jurídicas, que correspondem, principalmente, a créditos para construtoras e incorporadoras para financiamento da construção de unidades residenciais, transferidos posteriormente às pessoas físicas que adquirem as unidades mencionadas. Esses créditos, que somaram R\$43,8 bilhões em fevereiro de 2013, podem ser adicionados aos empréstimos habitacionais às pessoas físicas, que atingiriam saldo total de R\$310,3 bilhões (6,9% do Produto Interno Bruto – PIB).

Ainda a respeito dos financiamentos imobiliários, a taxa de juros nas operações destinadas às famílias atingiu 6,9% nos créditos com taxas reguladas e 12,7% nos com taxas de mercado. A reduzida taxa de inadimplência dessas operações, 2% em fevereiro de 2013, corrobora a avaliação de que, a despeito do expressivo crescimento nos últimos anos, há espaço para expansão desse segmento.

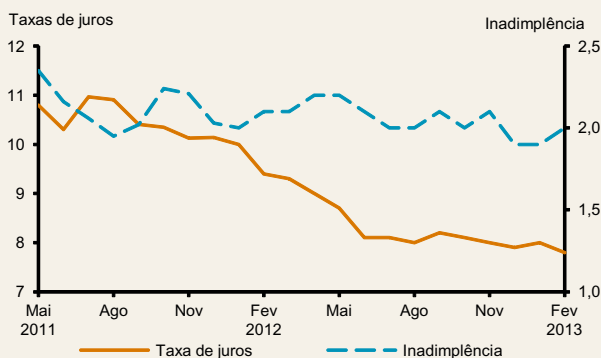
Sobre crédito consignado, a nova estrutura permite a agregação de estatísticas relativas a inadimplência e prazos, para todo o sistema financeiro, segmentadas em operações destinadas a trabalhadores ativos e inativos do setor público, a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a trabalhadores da iniciativa privada. A taxa de juros do conjunto dessas operações atingiu 24,7% em fevereiro de 2013, ante 69,8% nos empréstimos pessoais sem consignação em folha de

Gráfico 8 – Financiamentos imobiliários



pagamento. A inadimplência situou-se, na ordem, em 2,8% e 8,5%.

Gráfico 9 – Taxa de juros e de inadimplência – Financiamento imobiliário (%)



Em resumo, a maior abrangência e a maior abertura da nova estrutura de dados de crédito permite uma análise precisa da evolução dos empréstimos no âmbito do SFN. Dessa forma, a mudança constitui avanço importante em termos de transparência, um dos pilares das ações do Banco Central.